

Abordagens pedagógicas no ensino fundamental: um estudo no campo de estágio

Ana Luiza Taborda da Paixão
Amanda Tizott Bonfim
Felipe Augusto Fernandes Borges
Wagner Miguel Tzott

A decorative graphic on the right side of the cover features several overlapping circles in various shades of teal. A large, white, bold number '3' is prominently displayed within one of the circles at the bottom right.

3

Resumo

O presente artigo aborda as experiências decorrentes da observação e prática de estágio supervisionado em uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental, analisando a historicidade desse nível de ensino e as legislações que o regem. Os objetivos deste trabalho são: contextualizar a história do Ensino Fundamental no Brasil, explorar as leis que o regem, definir o Ensino Fundamental conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e analisar os processos de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. A pesquisa visa enriquecer as práticas pedagógicas dos professores e aprofundar o entendimento das abordagens que influenciam este ensino. Os métodos empregados incluem pesquisa bibliográfica e de campo, por meio da observação participativa e atividades práticas na escola. Assim, este estudo conclui que as abordagens pedagógicas têm como foco central o aluno, e devem buscar práticas inclusivas que estimulem o seu desenvolvimento intelectual.

Palavras-chave: Educação; Aprendizagem; Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um trabalho realizado na disciplina de Prática Docente III em conjunto com a disciplina de Estágio Supervisionado III, em que se realizaram estudos sobre os conceitos de aprendizagem e fizeram-se estágios participativos em uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental na cidade de Pitanga, Paraná.

O Ensino Fundamental, como fase primordial no desenvolvimento educacional, apresenta uma relevância inquestionável no contexto da formação de indivíduos autônomos e críticos. Dessa forma, este estudo tem como propósito uma análise abrangente do Ensino Fundamental no contexto brasileiro. Para tal, iremos abordar diversos aspectos essenciais que moldam esse nível de ensino.

Em primeiro lugar, exploraremos a historicidade do Ensino Fundamental no Brasil, examinaremos o arcabouço legal que rege o Ensino Fundamental, identificando as legislações que norteiam essa fase crucial da educação. Em seguida, focalizaremos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que desempenha um importante papel na definição das habilidades e competências que devem ser desenvolvidas durante o Ensino Fundamental. Por fim, exploramos o processo de aquisição do conhecimento, tomando como base as contribuições de alguns teóricos da área de educação.

Espera-se que essa análise contribua para uma compreensão mais completa e profunda do Ensino Fundamental no Brasil, bem como para aprimorar as práticas pedagógicas e promover um ambiente educacional mais eficaz e enriquecedor para os alunos.

Os seguintes tópicos desta pesquisa consistem em abordar a prática pedagógica observada durante os dias em que acompanhamos a turma, bem como os métodos de ensino utilizados pela professora regente. Por fim, destaca-se a parte prática de nosso Estágio Supervisionado III, descrevendo os conteúdos e atividades propostas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Abordagens Pedagógicas no Ensino Fundamental Brasileiro: Uma Revisão Histórica

A educação no Brasil faz parte de um longo processo histórico que envolve o ensino e as percepções do que deveria ser delegado às classes baixas brasileiras. Se tratando precisamente do Ensino Fundamental e de sua construção, é perceptível que logo com a chegada dos primeiros padres da Companhia de Jesus ao Brasil, o ensino das letras e sua sequência passaram a ser organizados, não com o intuito de transmissão de conhecimento, mas sim de inculcação de uma cultura europeia sobre outra indígena, sendo o elemento formativo do que hoje compreende-se como os anos iniciais do Ensino Fundamental Brasileiro. Segundo Marra e Guilherme (2020):

Os jesuítas concebem no Brasil um plano educacional eficaz no qual constituem escolas primárias (com o ensino da gramática para os índios e filhos dos colonos), as escolas secundárias (destinadas aos filhos dos colonos com o ensino das Humanidades) e as escolas superiores (ensino de Teologia e Ciências Sacras e destinadas à formação do clero). (Marra, Guilherme, 2020, S.P.)

Saviani (2017) apresenta uma concepção muito particular a respeito desse período da educação, afirmando que não se pode tratar o ensino jesuítico no Brasil como público, pois apesar de ser mantido pela Coroa e atender as diversas classes sociais do país, as condições de ensino (currículo, normas disciplinares, avaliações) e de infraestrutura (prédios, professores e agentes) eram de posse da Companhia de Jesus e não visava um ensino laico, mas sim religioso.

Com a expulsão dos padres do Brasil, sob idealização do Marquês de Pombal, começou-se a instituição de uma escola considerada laica. Neste momento destituiu-se da Igreja o ensino e as escolas passaram a ser e possuir um viés mais iluminista.

Mas também nesse caso a responsabilidade do Estado se limitava ao pagamento do salário do professor e às diretrizes curriculares da matéria a ser ensinada, deixando a cargo do próprio professor a provisão das condições materiais relativas ao local, geralmente sua própria casa, e à sua infraestrutura, assim como aos recursos pedagógicos a serem utilizados no desenvolvimento do ensino. (Saviani, 2017, p. 17)

Assim, como citado acima, esse afastamento da Igreja serviu apenas para modificar “quem” recebia os pagamentos da Coroa, já que a organização curricular, física e pedagógica era exclusivamente uma responsabilidade do professor, que muitas vezes não chegava a receber todo o valor destinada a sua função devido aos diversos desvios que o dinheiro sofria (Saviani, 2017).

Com a Independência do Brasil, no ano de 1822, a educação brasileira recebeu um certo frescor. Em 1827 se aprova o que viria a ser a única lei relativa ao ensino elementar até 1946, que apresentava a educação como dever do Estado e distribuída pelo território nacional, vigorando apenas a distribuição das escolas das primeiras letras, ou seja, daquilo que hoje chamamos Ensino Fundamental (Ribeiro, 2021).

A partir de 1889, com a Proclamação da República, uma nova reviravolta política e social ocorreu no país. Nesta situação de independência, o estado de São Paulo tomou a liderança da transformação do ensino e iniciou uma reforma das Escolas Normais (formação de professores) e em seguida realizou uma inovação no campo do ensino brasileiro até então, organizando os chamados Grupos Escolares (Saviani, 2017).

Em seguida, no ano de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, a educação teve um novo caráter e logo depois, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova apresenta uma relação de objetivos necessários para uma reformulação escolar a partir da mudança social uniformizada pela organização de um sistema escolar verdadeiramente elaborado e padronizado (Saviani, 2017).

O Manifesto é um documento de política educacional em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública. Nesse sentido, ele emerge como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema nacional de educação pública. E esta me parece ser uma originalidade do caso brasileiro. [...]. (Saviani, 2021, p. 33)

Partindo dessa concepção e influência educacional, o ensino passou a ser, na Constituição de 1934, uma necessidade e obrigação do Estado, que deveria traçar as diretrizes nacionais da educação, fixar um plano nacional de educação e coordenar e fiscalizar sua execução em todo o território nacional.

Tal ideário durou pouco e no ano de 1964 ocorreu a implementação do Regime Militar no Brasil. Nesse momento, as circunstâncias referentes ao ensino mudaram de maneira esporádica. A extrema-direita dominante passou a dedicar para a educação o foco no patriotismo, família e valores morais, bem como na profissionalização das classes pobres (Saviani, 2017).

O modelo de educação militar foi duramente criticado e passou a ser alvo de ações de educadores de diferentes entidades para que se modificasse. A oportunidade de mudança surgiu com o fim da ditadura e a eleição de Tancredo Neves, em 1985, reiniciando o período democrático brasileiro (Saviani, 2017).

Em 1988 promulga-se a nova Constituição Federal, nela o Estado aparece como responsável pelo “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988). A Constituição de 1988 delimitou aos municípios a atuação do Ensino Fundamental e Educação Infantil e atendimento especializado nas redes de ensino, preferencialmente na rede regular.

Nesse contexto de mudança, já em 1988, iniciou-se a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual foi aprovada em 1996, sob o número 9394. Essa Lei aborda muitos aspectos importantes para o funcionamento do ensino no Brasil. As crianças do Ensino Fundamental têm direitos a vagas em escolas próximas a sua casa, precisam passar por avaliação de rendimento escolar e precisam passar pela escola 200 dias letivos e 800 horas de aula, entre outras questões (Brasil, 1996).

A LDB destina uma seção ao Ensino Fundamental e define que este, obrigatório e com duração de nove anos, deve promover:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996)

Assim, o Ensino Fundamental, segundo a LDB, possui função importante para o desenvolvimento das crianças. Deve realizar a intersecção entre família, escola e meio social a fim de que estas desenvolvam valores, capacidades e domínios intelectuais e sociais de suas capacidades cognitivas.

A LDB também cooperou com a necessidade da criação de uma base comum curricular, a fim de organizar os currículos de todos o país e torná-los uniformes. Esse documento foi finalizado no ano de 2018 e tem se tornado referência em todo o país.

De acordo com o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ensino Fundamental, inserido no âmbito da educação básica, é composto por dois segmentos: anos iniciais (1º ao 5º) e anos finais (6º ao 9º), em que, nos anos iniciais, a abordagem pedagógica é voltada para práticas mais lúdicas, seguindo uma rotina que incorpora elementos da Educação Infantil, com os quais os alunos já estão familiarizados. (Brasil, 2018).

Ao longo deste percurso educacional, os estudantes são desafiados a promover seu desenvolvimento holístico, especialmente no que diz respeito à aquisição de competências em oralidade, percepção, compreensão e interpretação. Cada uma dessas situações contribui para a expansão do repertório cultural e social do aluno, bem como para o aprimoramento de suas habilidades escritas e sua aplicação em contextos sociais.

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos. (BRASIL, 2018, p.63)

Com a amplitude de linguagens presentes nessa docência, a didática é o conjunto de caminhos, métodos e estratégias que norteiam o processo de ensino e aprendizagem e cooperam para o desenvolvimento de tais habilidades nos alunos.

No campo da psicologia da educação, temos vários teóricos que discorreram acerca dos processos que levam ao aprendizado dos alunos. Dentre estes, destacam-se Piaget e Vigotski, com posicionamentos que tem seus afastamentos e aproximações. Para compreensão da aprendizagem discente, é sobre ambos que nos debruçamos na sequência.

Conforme destacado por Cunha (2008), Piaget argumenta que o desenvolvimento do

aluno está intrinsecamente ligado às interações do sujeito (o aluno) e o objeto de estudo em si, e entre esse processo o aluno passa por três estágios de aquisição do conhecimento definidos com assimilação, acomodação e equilíbrio. Sendo por meio dessas relações e experiências que o conhecimento é gradualmente construído.

À medida que o objeto de estudo estimula o sujeito devido ao desequilíbrio entre eles, gera a necessidade do aluno em compreender o que está sendo vivenciado, e isso o impulsiona em direção ao aprendizado. Dessa forma, a aprendizagem como “[...] o processo de conhecer tem início com o desequilíbrio estabelecido entre Sujeito e Objeto.” (Cunha, 2008). Inicialmente, o sujeito age sobre o objeto com o objetivo de conhecê-lo e compreendê-lo, partindo das percepções cognitivas (visão, audição, tato, paladar, olfato) que já possui. Esse estágio é conhecido como assimilação.

Após o aluno assimilar o novo conceito, ele avança para o segundo estágio, conhecido como acomodação. Essa etapa da aprendizagem envolve a organização das novas percepções cognitivas adquiridas pelo aluno durante o primeiro estágio. Nesse momento, ocorre a etapa de organização dos conhecimentos para superar o desequilíbrio entre sujeito e objeto.

O segundo processo chama-se acomodação e consiste nas modificações sofridas pelo Sujeito em função do exercício assimilador desencadeado. O Sujeito tem, então, seus esquemas cognitivos alterados por causa da relação que mantém com o Objeto, o que representa um esforço adaptativo para superar o desnível existente entre um e outro. Feito isso, chega-se ao estado de equilíbrio entre Sujeito e Objeto. (Cunha, 2008, p.6)

O último estágio pelo qual o aluno passa é o estágio de equilíbrio, que ocorre quando ele domina plenamente os novos conceitos apresentados. Os três estágios estão interligados em um ciclo contínuo, no qual os alunos serão constantemente desafiados por novos conceitos, proporcionando-lhes oportunidades contínuas de aprendizagem

O papel do professor nesse processo de aquisição de conhecimento é mediar experiências e oportunidades instigantes e desafiadoras, estimulando os alunos a interagirem com os conceitos apresentados e a desenvolverem suas habilidades cognitivas.

Lev Vigotski (1994) também possui contribuições relevantes acerca da aprendizagem durante o período escolar. Ele descreve que o indivíduo está em constante processo de desenvolvimento desde o seu nascimento, e a aprendizagem se dá na interação do sujeito com seu meio, com outros sujeitos e com conceitos científicos. Assim:

Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia. Por exemplo, as crianças começam a estudar aritmética na escola, mas muito antes elas tiveram alguma experiência com quantidades elas tiveram que lidar com operações de divisão, adição, subtração, e determinação de tamanho. (Vigotski, 1994, p. 110)

Isso não significa que a criança aprende conceitos técnicos complexos antes mesmo de adentrar a escola, pois tais conceitos, inicialmente, podem ser rasos e de uma própria interpretação, que na escola se aprofundará.

Segundo Vigotski (1994), há uma relação entre aprendizado e os níveis de desenvolvimento, sendo eles definidos como nível de desenvolvimento real e nível de desenvolvimento proximal, devendo um acompanhar ao outro para que o indivíduo se aproprie, entre outras coisas, das habilidades de leitura e escrita.

O primeiro nível é definido como “[...] nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados” (Vigotski, 1994, p.111).

Este nível refere-se à utilização das habilidades cognitivas e mentais que o aluno já possui e demonstra em suas atividades cotidianas. Essas habilidades compreendem tudo que adquiriu ao longo de sua vida por meio de experiências e que se manifestam em ações que se revelam capazes de executar de forma independente, sem necessidade de assistência externa, sendo passíveis de aplicação autônoma.

O segundo, Nível de Desenvolvimento Proximal, refere-se ao que a criança é capaz de fazer com o apoio e a orientação de um adulto “[...] determinada através de problemas que a criança não pode resolver independentemente[...].” (Vigotski, 1994, p.113). Sendo uma fase intermediária entre o que a criança já é capaz de fazer de forma independente (nível de desenvolvimento real) e o que ela ainda não é capaz de fazer, mesmo com ajuda.

Por fim, à semelhança da BNCC, os autores mencionados acima ressaltam a relevância do envolvimento ativo do aluno em seu processo de aquisição de conhecimento, enfatizando a importância de vivenciar e buscar experiências que conduzam a uma aprendizagem significativa. Isso vai além de simplesmente observar a aplicação de métodos de ensino.

DESENVOLVIMENTO

Observações e práticas em Sala de Aula: Uma Perspectiva no Ensino Fundamental

Como parte integrante da formação de licenciados, tem-se o estágio supervisionado no Ensino Superior. Como o curso em questão é o de Pedagogia, o estágio ocorre nas instituições de educação básica municipais. O estágio em questão ocorreu em uma escola municipal de Pitanga, Paraná, sendo direcionado para os anos finais do Ensino Fundamental I.

A turma foi um 4º ano, que inicialmente possuía 25 alunos e após as férias escolares passou a ter 24 crianças. Como informações iniciais, pode-se afirmar que a turma era ótima, com crianças participativas, respeitadas, educadas e inteligentes, observou-se também que havia poucas crianças com dificuldades extremas, sendo apenas cinco alunos que necessitavam de ajuda constante.

Ao chegar na sala no primeiro dia de observação a professora estava corrigindo os cadernos das crianças, após cerca de quinze minutos ela iniciou a aula contando uma história intitulada *O canguru que saltava para trás*, e depois da contação ela realizou uma discussão em sala comentando com os alunos qual a reflexão que eles podiam extrair daquela história

contada.

Nesse processo, que ocorreu nas aulas subsequentes, as crianças comentavam com a professora e realizavam entre si, também, essa troca de conhecimentos. Assim, “O papel da linguagem na percepção é surpreendente, dadas as tendências opostas implícitas na natureza dos processos de percepção visual e da linguagem [...]” (Vigotski, 1994, p. 43), o que implica, independente da faixa etária, na conclusão de que a linguagem é mais do que mero meio de comunicação entre as pessoas.

Nesse contexto observado e analisando a prática da professora em sala, sempre nas carteiras, auxiliando as crianças e interagindo com elas, pode-se perceber uma ação intencional em sua forma de ensinar. A BNCC, apesar das divergências, ao apresentar a área de estudos conhecida como Linguagens, retrata que em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, ela defende a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, 2018, p. 67)

A professora, no segundo dia em que estivemos observando sua aula, realizou um momento de leitura de história e reflexão com as crianças. Vygotsky, em concordância com tal prática, afirma que “A fala humana é, de longe, o comportamento de uso de signos mais importante ao longo do desenvolvimento da criança. Através da fala, a criança supera as limitações imediatas de seu ambiente.” (Vigotski, 1994, p. 169) e isso é muito importante para o desenvolvimento dos alunos.

Depois de toda a discussão, a professora lembrou a aula da semana anterior em que tinha pedido uma pesquisa sobre determinado país, reuniu as duplas e para cada uma entregou uma cartolina para que as crianças desenhassem a bandeira do país, escrevessem as informações encontradas e se preparassem para realizar a apresentação do trabalho no dia seguinte.

A professora ainda comentou o fato de as crianças estarem apresentando bem os trabalhos e observou-se na sala que um dos alunos, que havia sido transferido de outra turma, estava nervoso e chorando, pois não era habituado na outra classe em apresentar trabalhos, atitude não observada nas outras crianças que estavam muito animadas e ansiosas para realizar as apresentações.

Essa interação é, na posição de Vigotski valiosa para o conhecimento, pois:

[...] Muitos educadores não reconhecem esse processo social, essas maneiras pelas quais um aprendiz experiente pode dividir seu conhecimento com um aprendiz menos avançado, não-reconhecimento esse que limita o desenvolvimento intelectual de muitos estudantes; suas capacidades são vistas como biologicamente determinadas, não como socialmente facilitadas. [...] (Vigotski, 1994, p. 168)

Após o intervalo as crianças presenciaram uma palestra sobre o combate ao abuso

infantil com o promotor do município de Pitanga. As crianças ouviram sobre os atos de prevenção e formas de denunciar possíveis abusos sofridos. Essa ação se demonstrou importante, pois os alunos puderam compreender e reconhecer atos abusivos por parte de amigos da família, ou mesmo dos próprios familiares.

No terceiro dia de observação, a professora iniciou a aula trabalhando o conteúdo de Matemática, explicando para as crianças as composições de polígonos. Os alunos fizeram em uma folha uma atividade em que colocavam vários polígonos a fim de construir uma rua em todos eles e depois do intervalo a professora realizou uma atividade do projeto MPT (Prêmio Ministério Público do Trabalho), que visava a conscientização sobre o trabalho infantil, em que as crianças deveriam montar um catavento com papel e palito. Participamos ativamente dessa atividade, auxiliando na colagem dos cataventos. Ao final da aula a professora deixou as crianças brincarem com seus cataventos e realizou o registro de fotos para anexar no projeto.

No quarto dia de observação participativa, a professora deu início à aula expondo o conteúdo na lousa (pauta didática). A disciplina inicial era matemática, e os alunos estavam estudando a leitura de horas em relógios convencionais de parede e digitais. A professora utilizou um relógio de parede para explicar como o ponteiro menor indicava as horas e o ponteiro maior representava os minutos, entre outros conceitos.

Para uma explicação mais prática, cada aluno teve a oportunidade de verbalizar a hora marcada pela professora no relógio, e todos responderam corretamente ao exercício. Assim, como define Vigotski (1994), a aprendizagem ocorre em meio a essas interações, o aluno internaliza os signos pelas relações sociais, as quais devem ser na escola representadas, a fim de que as crianças não se sintam desconectadas da aula.

Por fim, no último dia em que estivemos auxiliando a professora, ela dividiu a sala em grupos e cada um dos grupos recebeu um conto clássico diferente. Nesta atividade ela orientou que os grupos realizassem a leitura das histórias e em seguida escrevessem um esboço, no qual eles deveriam organizar a história de maneira oposta ao original.

Neste momento, os grupos foram criando diferentes opções de releituras como, o patinho que nasceu bonito e ficou feio (Patinho feio), o menino que virou boneco (Pinóquio), bela acordada (Bela adormecida), entre outros, e as crianças foram escrevendo como seriam essas histórias.

A professora então orientou que as crianças fossem escrevendo a história, dividindo os personagens e realizando os ensaios porque posteriormente eles iriam realizar essa apresentação dos teatros das histórias ao contrário. Essa atividade embrenhou-se em muitos aspectos do conhecimento para as crianças, envolveu leitura, interpretação, escrita, organização de fatos narrados, interação social e a prática da oralidade, o que Cunha (2008) apresenta ao definir a teoria de Piaget:

Ao visualizar essa concepção epistemológica na sala de aula, compreendemos que o aluno deve ser despertado para a relevância daquilo que vai ser ensinado. Relevância

peçoal, imediata e não simplesmente formal. De nada adianta dizer a ele, como fazem muitos professores, que aquele assunto do currículo é importante porque será útil mais tarde. Se não houver vínculos desafiadores entre o indivíduo e a matéria de ensino, vínculos que ativem a percepção do desnível existente entre o aprendiz e o conteúdo escolar, o educando não será impulsionado a estudar aquilo. (Cunha, 2008, p. 4-5)

É possível perceber, pela observação, as práticas pedagógicas que orientavam e organizavam o ensino dentro da sala de aula. A professora conduzia a turma com tranquilidade, domínio e paciência, sempre próxima das crianças nos aspectos afetivos e sociais, percebendo os diferentes contextos dos seus alunos.

Depois destes dias de realização de observação participativa, foi solicitado à professora da sala conteúdos destinados a três dias de regência. Para o primeiro dia de aula a professora submeteu o conteúdo de “Histórias em quadrinhos” e assim, no dia 27 de julho de 2023 ocorreu a primeira aula, na qual realizou-se a reapresentação dos estagiários aos alunos e em seguida apresentou-se a intérprete do estagiário Wagner à turma.

Para a dinamização das regências foi optado pela utilização de um cartão de atividades, no qual a criança que comparecia na aula recebia a presença naquele dia, em seguida foi trabalhado o contexto histórico da criação das histórias em quadrinhos e todos leram com os professores uma HQ e escreveram a pauta passada no quadro. Após a explicação da pauta, foi entregue uma atividade referente a criação de uma história em quadrinhos, a qual foi elaborada durante todo o resto da manhã.

O segundo dia da regência recebeu pela professora o conteúdo de medidas de comprimento e números em Libras. No primeiro momento ocorreu a explicação do conteúdo, e, na prática com os alunos foram utilizadas perguntas contextualizadas à realidade cotidiana, na qual mediu-se, por exemplo, o comprimento da sala, tamanho de paredes e ainda, pela vontade dos alunos, a medida de toda a escola e de outros objetos. Isso se corrobora nas palavras de Freire (2005, p. 37): “Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.”

Após as correções das atividades propostas anteriormente, seguimos a aula ensinando os numerais de quantidade de 1 a 10 em Libras, e fizemos uma atividade prática para fixação do conteúdo. Os alunos sanaram as dúvidas e logo em seguida entregamos as atividades impressas fazendo a leitura da mesma, após os alunos tiveram tempo para realizar a construção de uma fita métrica, a qual levaram para casa a fim de realizar medidas em seu meio de convívio.

No terceiro dia de regência, como foi dado pela professora, trabalhou-se o conteúdo de transformações na matéria, em que se estudou as transformações reversíveis e não reversíveis de materiais do cotidiano”. Após completar a última marcação no cartão de tarefas, iniciou-se a aula com a explicação do que são transformações reversíveis e irreversíveis, em seguida ocorreu uma atividade mostrando figuras coloridas para contextualizar e diferenciar tais transformações.

Após o intervalo, foi realizada em sala de aula uma dinâmica prática, neste momento

foi entregue às crianças uma receita de confecção de massinha de modelar. Foi realizada a leitura da receita e o estagiário Wagner ensinou os sinais das quantidades e nomes dos ingredientes da receita e explicou o modo de fazer da receita.

Ao final da produção da massinha ocorreu a explicação das relações reversíveis e irreversíveis em sua elaboração e os alunos puderam levar para casa suas massinhas prontas. Assim, foi possível realizar uma aula dinâmica que abordasse todos os conteúdos sugeridos pela professora da sala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou um relato e estudo dos processos históricos, didáticos e políticos que envolvem a educação no Ensino Fundamental, uma abordagem de teorias da aprendizagem e, por fim, uma análise de observação participativa em campo de estágio. Ao estudar e relatar os aspectos pertinentes ao desenvolvimento das crianças compreende-se que o ensinar se relaciona com muitos campos que residem fora dos muros da escola.

No desenvolvimento do texto, ao relatar e contextualizar com as teorias de ensino e aprendizagem as práticas observadas dentro de sala de aula é possível perceber que a educação é um ato intencional em todos os processos e momentos em que ocorre.

Compreende-se, como nos apresenta Vigotski (1994), que a interação e a mediação são fatores importantes para o desenvolvimento das crianças em sua aprendizagem. Um aluno que, em determinado conhecimento, ainda está em seu Nível de Desenvolvimento Proximal, precisa de norteamto para que alcance o conhecimento no Nível de Desenvolvimento Real, fato constantemente observado nos estudos e períodos de observação.

Ao final, ressalta-se que a aprendizagem ocorrida nos estágios supera os desafios vivenciados. Os processos ocorridos desde a observação até o planejamento e execução do plano de aula foram de relevância para um bom desenvolvimento de todas as crianças e também dos futuros professores, que saem de tal experiência enriquecidos pelos conhecimentos e boas práticas realizadas e observadas.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de set 2022 às 09:59.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/1996. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 de set 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 de set de 2023.

CUNHA, Marcus Vinícius da. Piaget: psicologia genética e educação. IN: CUNHA, M.V. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/141/3/01d08t02.pdf>. Acesso em 08 de set de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARRA, Isaac; GUILHERME, Marcelo. **A história da educação no Brasil**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2020.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 21. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1994.